

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Aos 20(vinte) dia do mês de agosto de 2024, às 09h e 00min, reuniu-se o Egrégio  
2 Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sob a presidência de Dra.  
3 Firmiane Venâncio do Carmo Souza, Defensora Pública Geral, e demais presentes, Dra.  
4 Soraia Ramos Lima, Conselheira Subdefensora Geral, Dra. Janaína Canário Carvalho  
5 Ferreira, Conselheira Corregedora Geral, Dra. Camila Angélica Canário de Sá Teixeira,  
6 Conselheira Suplente, Dra. Lavinie Eloah Cerqueira Pinho, Conselheira Titular, Dra. Maria  
7 Auxiliadora Santana B. Teixeira, Dra. Mônica Christianne Soares de Oliveira, Conselheira  
8 Titular, Dra. Flávia Apolônio Gomes, Conselheira Titular, e Dr. João Gabriel Soares de  
9 Mello, Conselheiro Titular. Presentes, ainda, Dra. Tereza Cristina Almeida Ferreira,  
10 Presidenta da ADEP/BA, e Dra. Naira Gomes, Ouvidora Geral da DPE/BA. **Item 01 –**  
11 **Proposta Orçamentária para o ano de 2025. Declarada aberta a Sessão, a Presidenta**  
12 **do CS esclareceu que se verifica nesta manhã a presença da Cons. suplente, Dra.**  
13 **Camila Canário. Saliou que via de regra a suplência não é convocada para sessões**  
14 **extraordinárias, razões pelas quais não foi convocada a Cons. suplente e nenhum outro**  
15 **Conselheiro suplente. Saliou que tem observado ao longo desse mandato**  
16 **especificamente uma cultura, quando o Conselheiro titular não comparece ou não pode**  
17 **comparecer a uma extraordinária, fazer exatamente a sinalização que não poderá**  
18 **comparecer e que se convoque a suplência. Em verdade, quem convoca a suplência é a**  
19 **Presidência do Conselho nas Sessões Extraordinárias quando identifica que não haverá**  
20 **quórum suficiente para a instalação da sessão e condução da sessão. Considerando que**  
21 **a Cons. Camila Canário já se dirigiu para este Conselho, e já está aqui, irá permitir a**  
22 **participação nesta sessão, todavia, nas próximas espera que todos consigam**  
23 **definitivamente compreender que quem convoca suplência para o Conselho Superior é a**  
24 **Presidente do Conselho nas hipóteses das Sessões Extraordinárias. Nas ordinárias, como**  
25 **já está previsto no próprio Regimento, a convocação é feita tranquilamente. Reforçou que**  
26 **não irá criar nenhum dessabor na presente, mas, deixa isso registrado para dar segmento**  
27 **tranquilo à sessão e não haver amanhã ou depois nenhum tipo de questionamento acerca**  
28 **da presença da Cons. Suplente na sessão de hoje. A Cons. Camila Canário consignou**  
29 **que infelizmente toma como surpresa uma fala nesse sentido, uma vez que**  
30 **estranhamente foi convocada para as três últimas sessões extraordinárias do CS, esteve**  
31 **presente em todas elas, e foi devidamente convocada. Na presente sessão, de fato, a**  
32 **Cons. titular, Dra. Manuela Passos, fez a comunicação da ausência dela e até comentou**  
33 **isso com o Secretário do CS, Diogo Costa, e questionou se a Cons. titular já havia**  
34 **comunicado que estaria ausente. Em resposta, o Secretário do CS afirmou que sim e**  
35 **que a Presidência do CS já teria conhecimento e estaria aguardando a sinalização formal.**  
36 **De fato, não passou por sua cabeça que a Presidência do CS não teria intenção de fazer**  
37 **a convocação, até porque tem percebido que as Conselheiras suplentes têm sido**  
38 **usualmente convocadas, inclusive em sessão extraordinária. Aduziu que traz como**  
39 **exemplo o fato Dra. Sônia Santana ter sido convocada na sessão extraordinária para a**  
40 **votação da Ouvidoria, então há esse precedente anterior à formação desse mandato.**  
41 **Ressaltou os próprios precedentes existentes dessas três últimas assentadas que foram**  
42 **sessões extraordinárias em que foi convocada para participar das sessões. Consignou**  
43 **que tem percebido, e é uma crítica construtiva, que há um discrimen relativamente ao**  
44 **tratamento que é empreendido aos Conselheiros eleitos em detrimento dos Conselheiros**  
45 **natos. Absolutamente todas as oportunidades em que houve sessões ordinárias, quanto**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

46 extraordinárias, as ausências dos Conselheiros natos foram devidamente supridas pelos  
47 seus suplentes. No entanto, relativamente aos Conselheiros eleitos, algumas Presidências  
48 de Conselho exercem a má prática de não convocar a suplência ou de exercer um juízo  
49 de admissibilidade relativamente à suplência de Conselheiros eleitos. Se a Presidência do  
50 CS menciona o artigo 11 do Regimento Interno, que é um artigo que precisa ser discutido  
51 com urgência por esse Conselho, em respeito não só a sua presença, a qual dedicou o  
52 final e semana inteiro, privando a presença de seus filhos para estudar para esse CS, e  
53 estar pronta para poder estar entregue, mas, em respeito a todos os futuros suplentes que  
54 vão assumir, em seu entendimento é uma falta de respeito e se sente constrangida,  
55 embora a Presidência tenha sido extremamente polida na forma de falar. Todavia, se  
56 sente extremamente constrangida com uma assertiva como essa, uma vez que percebe  
57 que o artigo 11 do R.I. do CS está em completo desuso. Não faz sentido ele existir e o  
58 que o parágrafo respectivo fala da não aplicabilidade do caput, conforme mencionou, tem  
59 sido afastado apenas parcialmente quando é conveniente apenas para membros eleitos.  
60 O dispositivo apenas pretende resguardar do Conselheiro titular que tem o direito de gozar  
61 férias sem que seja preciso justificar a ausência por alguma razão. Consignou que diverge  
62 desse entendimento da Presidência do CS. Aduziu que não costuma sentar nos locais  
63 onde não lhe cabe, mas em locais que tem o direito ninguém irá lhe afastar. Se alguém  
64 não quiser que ela sente nessa sessão do CS, essa pessoa não deve faltar, pois, se  
65 houver uma falta, estará na qualidade de primeira Conselheira suplente, devidamente  
66 eleita por 212 votos, sendo que somente perdeu a titularidade por um voto em um contexto  
67 onde quatro colegas deixaram de votar. Com todo o respeito que tem à Presidência e ao  
68 CS, enquanto membros natos forem substituídos em seus misteres, enquanto for  
69 Conselheira nesta casa, os membros eleitos serão da mesma forma. Realmente houve  
70 uma ausência de formalidade que, no seu entendimento, é facilmente suprida a partir do  
71 comparecimento espontâneo desta Conselheira. Ressaltou que não compareceu para  
72 criar problemas de maneira alguma. Nunca tomou assento no CS com a intenção de criar  
73 problemas, animosidade. Todavia, a Presidência do CS precisa estar atenta ao  
74 cumprimento do Regimento e precisa aplicá-lo na integralidade. O artigo 11 do R.I. está  
75 em desuso, pois se houver a convocação para membros natos, deve haver a convocação  
76 para membros eleitos, e se houver o afastamento para membros eleitos, deve haver o  
77 afastamento para membros natos também. Essa é a sua manifestação e espera realmente  
78 que essa sessão siga da melhor forma. Não há hierarquia entre os presentes, e a intenção  
79 de todos aqui é de agregar nas discussões, de somar, construir, e é inadmissível que em  
80 uma Instituição democrática como a Defensoria Pública atitudes autoritárias como essa  
81 tenham continuidade. Isso iniciou-se em gestões passadas e sempre criticou e, se a partir  
82 de hoje Deus lhe escolheu para se colocar no lugar de suplente, é porque é preciso fazer  
83 diferente nesse lugar e, inclusive fazer uma história para que futuros colegas não passem  
84 a situação de constrangimento que está passando nesse momento, embora a Presidência  
85 do CS tenha dito expressamente que não teve intenção de fazê-lo, mas, deixou para fazê-  
86 lo após o início da sessão e com a sessão gravada. **A Presidenta do CS consignou que**  
87 **não irá se alongar na situação, e indiscutivelmente há um discrímen legal natural que**  
88 **conselheiros natos sejam substituídos, conselheiros eleitos são titulares ou são suplentes,**  
89 **e há uma distinção entre conselheiros eleitos e conselheiros suplentes, porque assim quis**  
90 **a própria Classe. Caso pretendesse fazer com que a Conselheira fosse titular, embora a**

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

91 votação tenha sido muito próxima, a Conselheira estaria sentada enquanto titular, mas a  
92 vontade expressa da Classe assim não quis. Aduziu que é preciso respeitar isso, pois  
93 houve uma diferença, ainda que por um voto, houve uma manifestação da Classe no  
94 sentido de que houvesse essa quantidade, e que os Conselheiros suplentes tivessem uma  
95 condição que é diferente dos demais Conselheiros porque exatamente decorre da  
96 legitimidade da votação que a Classe conferiu. Em relação ao uso e desuso de institutos  
97 do Regimento Interno, talvez seja preciso discutir uma reforma, que realmente é  
98 importante porque existem institutos nele que são de fato questionáveis. Esse em  
99 especial, em seu entendimento, não lhe deixa dúvida, uma vez que não houveram  
100 convocações para sessões extraordinárias nesse mandato e nessa quantidade. Na  
101 sessão extraordinária que compareceu uma suplência foi uma outra Conselheira e  
102 permitiu na mesma condição que está permitindo a Conselheira suplente participar. Em  
103 outra oportunidade de sessão extraordinária, presidida por Dra. Soraia Ramos, não foi  
104 permitida a participação, e está fazendo esse relato, pois, das próximas vezes não haverá.  
105 Os Conselheiros suplentes devem aguardar a convocação da Presidência do CS,  
106 exatamente para que se verifique se existe quórum de instalação e a sessão possa se  
107 instalar e ocorrer com tranquilidade. **A Cons. Camila Canário registrou que** esteve  
108 presente na 244ª Sessão Extraordinária de 27 de outubro de 2023, na 245ª Sessão  
109 Extraordinária de 17 de novembro de 2023, e na 246ª Sessão Extraordinária em 03 de  
110 abril de 2024. Nas três últimas Sessões Extraordinárias realizadas por esse CS esteve  
111 presente. Na 246ª Sessão Extraordinária foi uma decorrência da 219ª Sessão Ordinária e  
112 foi dispensada a convocação. Aduziu que não está questionando a legitimidade de  
113 nenhum Conselheiro eleito, uma vez que preza muito pela democracia e pelo respeito à  
114 vontade da Classe. Não retirou nenhum Conselheiro ou obrigou que nenhum Conselheiro  
115 faltasse para que estivesse aqui presente. Aduziu que é uma pessoa cumpridora da  
116 legislação e não forçou a situação. Já que está em voga a discussão do Regimento  
117 Interno, é preciso registrar a falta de cumprimento por parte dessa Presidência, inclusive  
118 relativamente ao artigo 20, o qual determina que se chegar qualquer requerimento ao CS,  
119 assinado por mais da metade dos integrantes da classe, a Secretaria do CS é obrigada a  
120 marcar uma sessão. Então, caso se pretenda discutir realmente descumprimento ou  
121 cumprimento do R.I. deste Conselho, é preciso trazer à mesa todas as situações de  
122 descumprimento, uma vez que não é só relativamente ao artigo 11, mas, também do artigo  
123 20, que menciona as hipóteses de convocação e elas não se cingem a questão da  
124 Presidência. **A Presidenta do CS consignou que** há uma série de artigos e de  
125 dispositivos que precisam ser discutidos e que precisam ser cumpridos, todavia, não  
126 houve descumprimento do artigo 20 do Regimento Interno do CS, e não entrará nessa  
127 discussão, mesmo porque a própria Secretaria do CS pode certificar tudo que ocorreu no  
128 bojo desse processo. Dando seguimento ao ponto de pauta, a **Presidenta do CS**  
129 **esclareceu que** inicialmente a proposta orçamentária será apresentada pela Diretoria de  
130 Orçamento, Sra. Mônica Lujan, e em seguida os(as) Conselheiros(as) e demais membros  
131 poderão solicitar esclarecimentos e retirar eventuais dúvidas. Em seguida, após a Diretora  
132 de Orçamento, Mônica Lujan realizar a apresentação da proposta orçamentária, na forma  
133 do arquivo audiovisual disponível no canal da DPE/BA no *Youtube*, por meio do link:  
134 “<https://youtu.be/N562cCU-dLQ>”, **a Presidenta da ADEP/BA registrou que** é bastante  
135 dolorosa a discussão do orçamento da DPE/BA, considerando o vasto orçamento de todos

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

136 os servidores do Poder Executivo. Salientou que houveram alguns ganhos, a exemplo dos  
137 honorários de sucumbência e a questão do FAJ. Essas construções devem ser  
138 partilhadas. Todavia, registrou que: “não houve alteração na metodologia da Cota para a  
139 LOA Defensoria 2025, se comparada com a Cota para a LOA Defensoria 2024. Esta  
140 manutenção deve ser interpretada como um alerta, em face das alterações normativas  
141 ocorridas no curso do exercício orçamentário 2024, as quais ocorreram após mar/2024  
142 (ou seja, sem fato gerador no final do exercício orçamentário de 2023; (b) No caso da  
143 Defensoria Pública da Bahia, este alerta é importante porque a LC 57/2024 prevê aumento  
144 para a carreira em set/2024, o qual não constava no cenário orçamentário de 2023 e, por  
145 isso, corre o risco de não ser considerado pelo Poder Executivo na definição das cotas,  
146 caso a instituição não defenda a necessidade de sua incorporação. Nesse sentido,  
147 mantém-se o desrespeito à regra do Orçamento Real na composição da cota da  
148 Defensoria. Entre a fase de elaboração do orçamento de 2024 e a sua aprovação, houve  
149 um incremento de valores, na ordem de quase um milhão de reais. Ainda assim, o  
150 orçamento inicial da Defensoria para 2024 não respeitou a regra de orçamentação de  
151 respeito ao orçamento real, na medida em que, ao concluir o ano de 2023, a Defensoria  
152 Pública da Bahia tinha executado 11.100.448 a mais que o que foi creditado em seus  
153 cofres em 2024, para dar conta das despesas do atual exercício financeiro. Isso é uma  
154 demonstração que, no que diz respeito à Defensoria, o Poder Executivo mantém-se  
155 “administrando” a execução orçamentária, através da concessão de suplementações para  
156 o custeio de despesas em áreas cujo déficit já é sabido. Com isso, é de se considerar o  
157 peso político deste tipo de medida para a autonomia plena da instituição, que fica refém  
158 às vicissitudes do Poder Executivo. No que diz respeito aos demais poderes, não se pode  
159 afirmar ou negar que o comportamento se mantém o mesmo, na medida em que tal  
160 posição dependeria de análise comparativa do orçamento, ano a ano, incluindo-se as  
161 perspectivas da Cota concedida, Orçamento inicial do ano e Orçamento liquidado no final  
162 do ano. Registrou, ainda, que a cota PLOA defensoria para 2025 não prevê aumentos da  
163 L.C. nº 57/2024: Proposta da Defensoria - Orçamento de pessoal para Membros (2024):  
164 171.974.000 (orçamento estimado para 460 membros); Suplementação necessária para  
165 o aumento de set/2024: 13,97 milhões. Proposta da Defensoria - Orçamento de pessoal  
166 para Membros (2025): 176.844.000 (orçamento estimado sem a indicação do total de  
167 membros); Suplementação necessária para o aumento de mai/2025: 50,46 milhões, sobre  
168 o orçamento de pessoal de 2024 (Orçamento de Pessoal 2024 = proposta original +  
169 suplementação de set/2024). De acordo com o informado pela Defensora Pública Geral  
170 em matéria da ALBA, o cumprimento da LC 57/2024, com o aumento aos Defensores  
171 Públicos da ativa e inativos, arcados pelo SUPREV, exigirá um acréscimo  
172 (suplementação) para a instituição, na rubrica de pessoal, na ordem de R\$ 13,97 milhões.  
173 Neste sentido, ao se projetar o orçamento de pessoal para membros da Defensoria,  
174 deveria ser levado em consideração a suplementação obtida para garantir o aumento de  
175 set/2024, a qual fixará o valor total do orçamento de pessoal para membros, no exercício  
176 2024. A suplementação complementar de 50,46 milhões, referido pela Defensora Geral,  
177 no estudo de impacto orçamentário da atual LC 57/2024, como indispensável para garantir  
178 o aumento projetado para o ano 2 (mai/2025). Grosso modo, o orçamento de pessoal da  
179 Defensoria, exclusivamente para membros, deveria ser 64,43 milhões a mais que o  
180 estabelecido em 2024 para a mesma rubrica. Com isso, resta evidente que o acréscimo

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

181 orçamentário de 36,24 milhões de reais - estimado na PLOA 2025 da Defensoria como  
182 necessário para referendar as despesas da instituição e encaminhado pela DPG ao  
183 Conselho Superior - é inconsistente somente se considerarmos a rubrica de pessoal para  
184 membros, sem contar os cargos e contratados REDA. O déficit aparente da proposta é,  
185 grosso modo, na ordem de 28,19 milhões. Neste sentido, a posição da ADEP-BA é que a  
186 Defensora Pública Geral encaminhe para a SEPLAN, após a aprovação deste Conselho  
187 Superior, de proposta orçamentária que indique a realidade das despesas com pessoal  
188 da Defensoria, levando em consideração a LC nº 57/2024, sancionada em julho deste ano  
189 com o reconhecimento do Governo acerca do direito da categoria e da necessidade de  
190 cumprimento da Constituição Federal, no que tange ao subteto. Salientou que a  
191 apresentação da PLOA no CSDPE foi feita em período curto para análise e  
192 aperfeiçoamento. A Cota do Poder Executivo à Defensoria Pública, em tese, foi  
193 encaminhada antes da sanção da LC 57/2024, já que a LDO prevê que ela (cota) deveria  
194 ser repassada até 30/06/2024 e a Lei complementar em questão foi sancionada em  
195 09/07/2024. É importante que a Defensora Pública Geral ou a DG esclareça se a cota  
196 concedida foi, de fato, sem a previsão dos aumentos da LC 57/2024 e, se esta resposta  
197 for verdadeira, deve-se perguntar o que a Defensoria fez para corrigir tal distorção.  
198 Ademais, deve-se considerar que a Defensoria teve prazo de quase dois meses para  
199 apresentar a PLOA ao Poder Executivo, para posterior envio ao Poder Legislativo à  
200 aprovação. Isso porque: recebeu a cota em 30/06 e tem que encaminhar o PLOA até  
201 23/08. É importante a ADEP-BA questionar o fato de as informações somente terem sido  
202 encaminhadas à apreciação do Conselho Superior no último dia 16/08/2024, a sete dias  
203 de vencer o prazo de envio da PLOA ao Executivo. Com isso, verifica-se um cenário  
204 contraproducente à própria atuação do Conselho e, ainda, ao aperfeiçoamento da  
205 proposta com as contribuições da Classe, que, com o amadurecimento que se alcançou  
206 ao longo do período, poderia ter apresentado outras tantas contribuições à proposta em  
207 si". Ato contínuo, a Diretora de Orçamento, Mônica Lujan, e a Presidência do CS  
208 respondeu aos questionamentos dos membros, na forma do arquivo audiovisual  
209 disponível no canal da DPE/BA no *Youtube*, por meio do link: "[https://youtu.be/N562cCU-](https://youtu.be/N562cCU-dLQ)  
210 [dLQ](https://youtu.be/N562cCU-dLQ)". **A Sra. Ouvidora Geral da DPE/BA, Dra. Naira Gomes, consignou que** na data  
211 de ontem o Defensor Público, Gilmar Bittencourt, recebeu o título de cidadão Lauro  
212 Freitense pelo reconhecimento dos serviços prestados há mais de 10 anos à comunidade,  
213 sobretudo, aos mais empobrecidos. Consignou que agradece o trabalho dedicado da  
214 Diretoria de Orçamento da DPE/BA e de toda a equipe envolvida, e o cuidado e atenção  
215 com os questionamentos e dúvidas da Ouvidoria Geral. Salientou que o orçamento prova  
216 de forma contundente que a luta pela aprovação do PLC foi muito importante, mas, ainda  
217 continua. Há alguns pontos do orçamento que não possibilitam e que são imprescindíveis,  
218 o que pode verificar inclusive na atuação da Ouvidoria, por exemplo, ainda há unidades  
219 que não atua em prol da vítima de violência doméstica. É compreensível que o cobertor é  
220 curto para todas as atribuições, mas uma das premissas que norteiam a gestão da  
221 Ouvidoria Geral é o enfrentamento à violência contra a mulher, e essa pauta será levada  
222 em consideração, inclusive, perante o Governo do Estado, para que reverbere em prol  
223 dessas mulheres e pessoas vítimas de racismo. **A Cons. Corregedora Geral esclareceu**  
224 **que**, em relação ao orçamento da Corregedoria Geral, o seu perfil é de muita austeridade  
225 com o dinheiro público. Nesse sentido, teve essa cautela desde o início, inclusive, quando

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

226 se institui uma CEPRO, orienta os integrantes a realizarem sempre alternadamente um  
227 encontro de forma remota e outro de forma presencial. Na mesma medida, os encontros  
228 do Conselho Nacional das Corregedoria Gerais, também participa alternadamente,  
229 presencial e de forma remota. Nos últimos 03 encontros, inclusive, participou de forma  
230 virtual, e quando comparece presencialmente, não vai em duplas. Ademais disso,  
231 entendeu que a designação de um Defensor auxiliar da Corregedoria deveria ser um  
232 integrante do interior do Estado, para não haver necessidade de deslocamento de um  
233 auxiliar da Capital, o que gera de fato redução de custos. Nas inaugurações, participações  
234 de cursos capacitação, a mesma lógica é adotada, com a divisão dos trabalhos com a  
235 Corregedoria Adjunta. Por conta dessa prática, até o presente momento foi gasto R\$  
236 129.000,00. Nesse sentido, a previsão orçamentária para a Corregedoria Geral  
237 permanece a mesma da destinada no ano passado, em R\$ 450mil, sendo possível gerir a  
238 Corregedoria Geral dessa forma. **A Cons. Lavnie Eloah consignou que** o desafio  
239 interiorizar é muito grande diante das mudanças que a pandemia trouxe com as audiências  
240 virtuais e as novas formas de trabalhar. Existem Comarcas que às vezes se verifica que  
241 não possui condição de estruturar uma sede. De fato, a criação de novas unidades de  
242 provimento por substituição cumulativa é importante para que os colegas tenham o  
243 estímulo de permanecer no interior, especialmente agora com o processo de remoção em  
244 curso, uma vez que já conseguiram uma agenda de trabalho. Nesse sentido, questiona se  
245 isso é uma preocupação dentro da proposta, e se há uma previsão de quantidade da  
246 criação de novas cumulativas. **A Presidenta do CS consignou que** há sim essa atenção,  
247 inclusive, no presente ano foram implementadas 16 unidades de provimento por  
248 substituição cumulativa, e realmente está sendo feito esse diálogo com o Judiciário  
249 referente as questões do PJE e para ampliar em pelo menos 08 no próximo ano, a fim de  
250 alcançar em torno de 40 a 42 unidades e expandir com o modelo da substituição  
251 cumulativa e com iniciativas de itinerância. Reforçou que o orçamento é uma peça onde é  
252 feita uma previsão, mas, ao decorrer da caminhada, questões podem ser alteradas para  
253 fazer frente às necessidades, a exemplo a situações de exoneração e afastamentos de  
254 longa duração. **A Cons. Flávia Apolônio consignou que** fica feliz em ver na proposta  
255 um compromisso cumprido em relação previsão de despesas previstas do trabalho  
256 extraordinário, recentemente aprovada pelo CS, e questiona em qual mês seria  
257 implementado a partir de 2025. Ressaltou que lhe tem causado preocupação algumas  
258 questões enquanto Defensora Pública do Júri, uma vez que muitas vezes tem a  
259 necessidade de postular absolvição dos seus assistidos por mais de uma vez, em virtude  
260 da ausência de sustentação oral fruto de apelações do MP, dado que questiona se há a  
261 possibilidade de criação de unidade cumulativa com essa finalidade para causas  
262 estratégicas. **A Presidenta do CS consignou que** pediu a Coord. Executiva que  
263 realizasse um diálogo com os colegas da Instância Superior, os quais têm sido muito  
264 solícitos. É fato que há várias questões que devem ser avaliadas, o respeito à titularidade  
265 e uma série de outras questões, mas, essa sim pode ser uma saída, um caminho possível,  
266 conforme salientado pela Cons. Maria Auxiliadora referente a uma forma de habilitação  
267 alinhada com o perfil da função. Em relação a implementação do trabalho extraordinário,  
268 a previsão de pagamento é março de 2025. **A Cons. Camila Canário consignou que**  
269 gostaria de fazer algumas considerações a respeito da data da discussão da proposta  
270 orçamentária. Salientou que a Administração recebeu a informação da cota em 23 de

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 julho, e lhe incomoda o formato em se discutir um assunto como esse tão importante no  
272 bojo de uma sessão extraordinária que é convocada com dois dias úteis. É uma prática,  
273 inclusive, não somente dessa gestão, mas, que se iniciou desde 2014, 2015, e não sabe  
274 dizer em relação ao período anterior. Todavia, lhe incomoda porque assim cria-se um  
275 estado de urgência desnecessário em torno da discussão. A cota foi recebida pela  
276 SEPLAN desde o dia 23 de julho e geralmente esse assunto só é incluído em pauta de  
277 sessão extraordinária depois da ordinária de agosto. E seria possível, por exemplo, se  
278 isso fosse discutido em uma pauta de Sessão Ordinária para que o Colegiado pudesse  
279 ter mais elementos. Outra questão é o formato da presente reunião. Está sempre se  
280 discutindo a prospecção, a projeção, mas, se não adentra no mérito daquilo que houve  
281 em termos de execução orçamentária, e por isso perguntou qual foi a execução  
282 orçamentária efetiva da Corregedoria Geral, uma vez que entende que se o Conselho  
283 opina por um maior investimento para a Corregedoria, por exemplo, e a metade do recurso  
284 destinado é efetivamente utilizado, é preciso questionar sobre eventual desvio de  
285 finalidade da verba. Ademais disso, concorda que, uma vez que a cota seja aprovada, a  
286 forma de cálculo seja aprovada na LDO, é muito complicado para as Instituições mudarem  
287 aquilo que está aprovado. Todavia, conforme destacado pelo servidor da Diretoria  
288 Orçamentária, Francisco Chagas, em relação ao grupo de trabalho que existe exatamente  
289 para questionar esses referenciais, principalmente esses marcos temporais do Focus de  
290 março, dado que questiona os resultados dessas reuniões. Seria interessante avaliar, e  
291 talvez a ADEP/BA com maior força, a possibilidade de atuação com mais proximidade  
292 relativamente a essas reuniões. Enquanto essas reuniões ficarem no bojo das  
293 institucionalidades, existem burocracias que às vezes não podem ser vencidas e fica tudo  
294 mesmo no campo do técnico. Todavia, quando participam as associações e outras  
295 Instituições que podem atuar no campo do político de uma forma muito mais forte, talvez  
296 haja uma melhor recepção por parte dos órgãos do Governo relativamente às sugestões.  
297 Aduziu que da receita corrente líquida 0.62 para 0.66, verifica-se um crescimento  
298 orçamentário de 6.66 apenas. É utilizado como referencial os percentuais que são  
299 utilizados pelo Boletim Focos, os quais já não são os mesmos do Boletim de agora, já há  
300 uma perda financeira de 0.85. Nesse sentido, são sutis perdas financeiras, mas, esse  
301 processo de negociação precisa ser realmente com o máximo de empenho pelas  
302 instituições. É preciso realmente haver uma união de forças, inclusive, agregando as  
303 associações se for o caso para poder dialogar sobre essa forma de cota. Um crescimento  
304 para uma Instituição como a nossa de 6.66 em termos de receita corrente líquida não  
305 representa nada. Não se consegue fazer nada. Pode ser o gestor que for. É muito  
306 complicado continuar sem evoluir nessa questão da discussão. Em seu entendimento, não  
307 houve evolução, uma vez que aumentar de 0.56, para 0.62 e depois para 0.66 não é  
308 evolução. Isso é praticamente quase correção da inflação, e mesmo assim, não da melhor  
309 forma. É preciso avançar muito nesse ponto. Questionou, ainda, qual seria a perspectiva  
310 de criação de cumulativas principalmente para o interior, o que restou evidenciada no CS  
311 a necessidade de que os Defensores do interior fossem contemplados, e considerando  
312 que isso fortalece o processo de expansão, e aumenta o alcance perante as demais  
313 Comarcas. Questionou, ainda, a projeção de esgotamento das nomeações da lista dos  
314 aprovados no último concurso, bem como, se há previsão na proposta orçamentária  
315 acerca do pagamento de indenização de férias não gozadas, licença prêmio, para os

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

316 membros na ativa, e compensação pelo trabalho extraordinário. Ressaltou que em relação  
317 ao auxílio-saúde está sendo utilizado o referencial de janeiro de 2024 e questiona se há  
318 uma pretensão de alterar essa normativa ano a ano. Questionou, ainda, informações  
319 acerca da verba do “Plano Nacional Defensoria em todos os cantos” do Ministério da  
320 Justiça e Segurança Pública, em que ficou aprovado em maio desse ano, 50 milhões parte  
321 do Ministério da Justiça, e veio mais em emendas parlamentares, em torno de mais 15  
322 milhões, aproximadamente 65 milhões. Questionou como está o fluxo dinheiro e se já foi  
323 pago alguma coisa, se já foi adiantado e distribuído, e se haveria os dados do quantitativo  
324 das PMO’s e qual seria o maior fluxo de movimentação. **A Presidenta do CS esclareceu**  
325 **que** a previsão é da criação de pelo menos 08 unidades de provimento de substituição  
326 cumulativa, além das 32 já existentes, seriam mais 08, fechando um total de 42, lembrando  
327 que haverá duas cumulativas que devem vir para o Conselho ainda este ano. Em relação  
328 ao esgotamento da lista dos aprovados no último concurso, é preciso considerar que  
329 muitos estão aprovados em outros concursos. Em relação ao auxílio-saúde e trabalho  
330 extraordinário terão como base o vencimento de janeiro de 2025. **A Diretora de**  
331 **Orçamento respondeu que** em relação as verbas do pagamento de indenização de férias  
332 não gozadas, licença prêmio, para os membros na ativa, não foram incluídas na proposta.  
333 Aduziu, ainda, que o maior fluxo de movimentações das PMO’s foi oriundo do custeio  
334 destinado para pessoal. **A Presidenta do CS ressaltou que** em relação ao pagamento  
335 de indenização de férias não gozadas, licença prêmio, para os membros na ativa,  
336 requereu da Diretoria Orçamentária um estudo do impacto, inclusive, a matéria será  
337 submetida para apreciação do CS na Sessão Ordinária de setembro. Aduziu que,  
338 considerando o valor dessas verbas, por conta do caráter indenizatório, gerariam um  
339 incremento significativo. Nesse sentido, essas informações que impactam estão sendo  
340 levantadas para subsidiar o exame por parte do Colegiado na sessão de setembro. Em  
341 relação às verbas do “Plano Nacional Defensoria em todos os cantos”, não foi recebido  
342 ainda nenhum recurso. A forma como esses investimentos são viabilizados para as  
343 Instituições são sempre em ações. Há três ações basicamente direcionadas. A partir daí  
344 se apresenta um projeto, faz um convênio, e com base nessa proposição, esse valor  
345 retorna para a Instituição através do convênio. A projeção é carimbar essas verbas no  
346 projeto dos “Eco Núcleos”, o qual já está em andamento, o que será possível desonerar  
347 recursos. **A Cons. Maria Auxiliadora registrou que** após se debruçar no final de semana  
348 acerca da proposta orçamentária, considerou um crescimento tímido em relação a 2024.  
349 Considerando a recente aprovação do PLC, e a necessidade de uma considerável  
350 suplementação, já manifesta as suas ressalvas a respeito deste orçamento. Destacou que  
351 considera o valor destinado para Ouvidoria Geral pequeno, dado que ou irá manter o que  
352 é feito ou irá suprimir algumas ações para inovar, e caso tenha um projeto ficará inibida  
353 diante da pouca verba destinada. Salientou, ainda, as verbas para publicidade, no valor  
354 de R\$ 1.300.000,00. O MP/BA e a Magistratura não param de expandir, inclusive, com  
355 substituições, e acredita que seria uma forma menos custosa para a DPE/BA atingir mais  
356 Comarcas, e crê que a DPG será sensível ao tema para rever essas substituições  
357 cumulativas ao interior, e considera importante conferir as mesmas possibilidades do  
358 Defensor da capital ao Defensor do interior. Consignou que considera necessário que  
359 todos os Defensores tenham assessores, e é fundamental que se tenha essa estrutura.  
360 Destacou que espera que os mesmos critérios adotados pela Corregedoria Geral,

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

361 ressaltados anteriormente pela Cons. Corregedora Geral, Janaína Canário, fossem  
362 adotados em relação a todos, de modo reduzir custos desnecessários com a presença de  
363 muitas coordenações na ocasião da inauguração de novas sedes, por exemplo.  
364 Ressaltou, ainda, que não identificou prioridade da sociedade civil na proposta. Aduziu  
365 que reconhece o esforço da gestão em prol da questão da violência doméstica, mas é  
366 preciso mais, inclusive, com ações preventivas, diante das questões trazidas pelos  
367 assistidos. **A Presidência do CS consignou que** a área de violência doméstica tem uma  
368 necessidade e muito grande. Não é à toa que se estuda viabilizar mais uma unidade,  
369 considerando que deve ser implantada uma nova vara de violência doméstica em  
370 Salvador na Casa da Mulher brasileira. Já existe um diálogo com as Defensoras para  
371 verificar qual seria o formato, e avaliar se coloca isso no bojo de uma cumulativa. Ademais  
372 disso, através do NUDEM, foram iniciadas atividades itinerantes, uma vez que de fato é  
373 preciso chegar perto, e já há um cronograma para isso, com estrutura adequada às  
374 assistidas. Ressaltou que na medida do possível a gestão tem dado conta das  
375 necessidades e tem viabilizado ganhos para a Classe. **A Cons. Mônica Soares**  
376 **consignou que as** causas da não suplementação em 2019/2022 foram diversas do que  
377 nós temos hoje. Hoje nós temos um projeto de lei aprovado, a própria LDO no artigo 100  
378 assegura que as despesas de pessoal e encargos do Poder Executivo, considerando que  
379 a DPE/BA não possui cota própria na LRF, serão consideradas no exercício de 2025,  
380 computando-se, inclusive os adicionais de base projetadas por eventuais acréscimos  
381 legais e alterações no sistema de remuneração subsídios planos de carreira. Ou seja,  
382 existe uma amarração legal tanto na LDO quanto no artigo 24 da Lei 4320, que também  
383 determina que essas despesas decorrentes de aprovações legais estejam absorvidas no  
384 orçamento. Considerando que a DPE/BA não tem cota própria na LRF, é estranho verificar  
385 o comportamento do Executivo com a Defensoria nesse aspecto, uma vez que estamos  
386 aprisionados, digamos assim, legalmente ao Executivo nessa cota. Nós não temos cota  
387 própria como MP tem e como o Judiciário tem, como o Legislativo tem. Ocorre que o  
388 Executivo da Bahia está ocupando apenas 39,98 da receita corrente líquida, quando na  
389 verdade o limite legal da Lei prudencial é de 46.17. Desta feita, não haveria nem razão de  
390 ordem financeira para o Estado não fazer esse aporte, e não nos trazer nesse momento  
391 aqui pelo menos em relação à Defensoria que tem um projeto de lei recentemente  
392 aprovado com previsibilidade de aumento de despesa, sendo que foi uma despesa  
393 negociada em quantas e quantas reuniões com membros da SEPLAN e da SEFAZ, em  
394 que eles tinham noção absoluta do custo desse projeto para ser aprovado, não imagina  
395 como possível uma não suplementação nesse aspecto. Salientou, ainda, que nos termos  
396 do Ofício nº 440 de 2024 que foi encaminhado a Secretário de Planejamento, menciona o  
397 valor global de R\$ 563 milhões, sendo que R\$ 70 milhões para a construção da sede  
398 própria, menciona algumas ações, todavia, isso não pode ser considerada uma proposta  
399 orçamentária. Se a Instituição pretende de alguma forma mostrar ao Governo que a nossa  
400 necessidade é muito maior, é preciso pelo menos ter o cuidado de fazer uma proposta  
401 que mostre realmente qual é o tamanho das nossas necessidades, quais são as ações  
402 orçamentárias que a gente precisa, da mesma forma que a diretoria de orçamento se  
403 debruça e não um pequeno texto como esse. No ponto, inclusive, gostaria de reportar as  
404 razões do envio ao e-mail dos Conselheiros da proposta muito sintética, ao passo que há  
405 detalhamentos que os membros somente tomam conhecimento no momento da Sessão.

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

406 Questiona as razões dos Conselheiros não terem acesso ao material detalhado com  
407 precedência. Aduziu que traz tudo isso como dúvida e necessidade de esclarecimento,  
408 uma vez que foi proposto ano passado a formação de uma comissão de orçamento e o  
409 Conselho infelizmente, abrindo mão da sua atribuição, entendeu que não seria necessária  
410 essa comissão. Ao passo que em verdade seria importantíssimo para que todos  
411 chegassem aqui com a segurança técnica, com apoio técnico do controlador interno  
412 e de todos os outros órgãos técnicos da Defensoria que tivessem capacidade de nos  
413 auxiliar a debater a proposta orçamentária da Defensoria. Aqui os membros estão  
414 recebendo a proposta feita pela DPG. É óbvio que é a gestora, dirige a Instituição, e os  
415 membros não podem apresentar uma proposta nova, mas, o Colegiado está aqui para  
416 construir o orçamento, e para termos elementos para debater a construção desse  
417 orçamento, inclusive, de ter a chance de sugerir que ações compromissos iniciativas e  
418 prioridades do PPA viessem do Colegiado, que tem a responsabilidade de aprovar o  
419 orçamento da Instituição. O MP/BA, por exemplo, conseguiu incluir 05 iniciativas no PPA:  
420 fomentar a construção de uma política de segurança pública transparente e eficiente,  
421 aprimorar atuação estruturante na defesa da Saúde Pública de qualidade, promover a  
422 defesa de uma educação de qualidade socialmente referenciada e de natureza inclusiva,  
423 fortalecer governança buscando diálogo permanente entre todas as unidades da  
424 organização para a consecução dos projetos intersetoriais, uso de mecanismos  
425 inovadores e disruptivos que contribuam para a efetividade dos objetivos estratégicos  
426 institucionais. Ou seja, o que há de melhor e mais alinhado com o que se fala hoje do  
427 mundo de governança corporativa, inclusive no ambiente público. Se cotejar os dados do  
428 IBGE divulgados recentemente, dos seis índices de vulnerabilidade que são trabalhados  
429 nacionalmente, o MP/BA, das 05 iniciativas, contempla 04 pontos dos dados do IBGE.  
430 Para a Defensoria assegurar iniciativa, assegurar a continuidade das atividades  
431 defensoriais pelo princípio da conservação dos serviços públicos, alguém há de imaginar  
432 que o serviço da Defensoria Pública vai ser descontinuado? Aparelhar unidades da  
433 Defensoria, expandir a infraestrutura da Defensoria, realizar estudos pesquisas e  
434 publicações. Quando traz esse comparativo do que o MP/BA consignou no PPA e na LDO,  
435 e o que a Defensoria consignou, quer chamar a atenção de forma contributiva e  
436 propositiva. Não é com recalque, uma vez que é membro do MP/BA e não pretende ser,  
437 mas, sim, quer que a sua Instituição, DPE/BA, tão boa e até melhor do que o MP/BA está  
438 sendo e a Instituição tem capacidade de ser. Todavia, a Instituição vem de forma muito  
439 tímida trazendo iniciativas que não representam a magnitude da nossa atuação  
440 institucional, e isso são elementos que orientam a recepção de recursos públicos. Então,  
441 quando o Governo se depara no que a Defensoria quer projetar para os próximos 04 anos,  
442 isso impacta na forma de percepção da política pública que a será desenvolvida em várias  
443 áreas. Ademais disso, não tenho esse receio de a Defensoria ser vista como se  
444 pretendesse se tornar um MP caso se enverede por essas áreas. Ao contrário, serão  
445 cumpridas as nossas missões institucionais que estão muito bem delineadas na  
446 Constituição. E esse discurso de que a Defensoria quer se sobrepor ao Ministério Público,  
447 somente vislumbra daqui para lá, uma vez que na própria LDO tem uma iniciativa sobre a  
448 atuação de vulnerabilidades, e que a Instituição irá promover a autonomia e a capacidade  
449 do cidadão para a prática dos atos da vida civil comunitária e a proteção aos vulneráveis.  
450 Isso é nossa atuação também, e não irá brigar com o MP para que ele não faça a nossa

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

451 área. Quem ganha é a sociedade. Eles farão de um lado e a DPE/BA de outro. O que não  
452 pode é continuar o MP galgando lá na frente, com objetivos alinhados as “O.D.’s da  
453 agenda 2030”, alinhado aos indicadores do IBGE, a penagem contínua, ao recém de  
454 julgado no seminário da semana passada do IBGE o IPEA sobre os cruzamentos de  
455 desigualdade de gênero e raça, trazendo todos os pontos em todas as áreas, quais são  
456 os segmentos em que existe a possibilidade de atuação com os índices de indicadores  
457 extraídos de base de dados do Governo Federal. Isso não é achismo. Aduziu que  
458 considerou interessantíssima a fala da Ministra Simone Tebet de que não será feita política  
459 pública com base em achismo. Ou seja, com base em dados e a partir desses dados, se  
460 extrai a atuação. A Defensoria é uma usina de dados. É produzido dados todos os dias  
461 em todos os atendimentos, na capital, no interior, na Instância Superior, e é preciso se  
462 assenhorar desses dados para, na ocasião de fazer uma proposição no PPA e na LDO,  
463 pensar grande. Não é pensar pequeno. Pensar a continuidade de serviço público, não é  
464 possível dizer para o Governo por que é que a gente veio, é o que a gente quer fazer.  
465 Nesse aspecto da construção do PPA e da LDO verificou que também consta a  
466 implementação do plano diretor de gestão de tecnologia da informação e processos. No  
467 ponto, gostaria também que fosse explicado e detalhado exatamente o que é esse plano  
468 de gestão de informação, uma vez que na sessão ordinária de agosto o CS estava se  
469 debruçando sobre a aprovação da Remoção para Instância Superior. Iniciou-se um debate  
470 sobre a readequação do formato da Instância Superior, e a Cons. Maria Auxiliadora com  
471 muita propriedade mencionou o acúmulo de serviço, o volume de demandas, a quantidade  
472 de recursos que são enviados para o STJ, ao passo que a Defensoria tem dado pouca  
473 importância ao aparato tecnológico. Só no TJ/BA existem 04 robôs de Inteligência Artificial  
474 trabalhando, o Alfajus, Oxóssi, AIA, e Sofia. Os nossos colegas da Inst. Superior não são  
475 treinados ou sequer dispõem de algum recurso semelhante para furar o bloqueio desses  
476 instrumentos de Inteligência Artificial. O CNJ recentemente divulgou um relatório em que  
477 existem 140 iniciativas de inteligência artificial no judiciário brasileiro, ao passo que a  
478 DPE/BA está peticionando da mesma maneira. Em seu caso, há 18 anos de atuação  
479 institucional, continua peticionando da mesma forma quando ingressou na carreira. Nesse  
480 sentido, estamos no século XXI, em plena 5ª Revolução Industrial, que é revolução de  
481 dados, as maiores empresas do mercado são empresas de dados e que comercializam  
482 essa informação, e não temos um instrumento que maximize a nossa atuação. Desta feita,  
483 questiona o que o plano gestor prevê nesse aspecto, o que a fábrica de software  
484 mencionada ano passado desenvolve e quais são as entregas para a classe efetivamente  
485 nesse sentido, quais são as projeções para 2024 que ainda está em curso. Em 2025 não  
486 é possível continuar de forma analógica em um mundo digital moderno, sob pena de  
487 sermos engolidos. Aduziu que vem falando isso de forma reiterada, pois é indignante  
488 trabalhar de forma assimétrica. Quando se abre o portal há um “bot” lançando processos,  
489 há assessores para fazer despachos, há aparatos de inteligência artificial para poder fazer  
490 a pré-edição de despachos e sentenças para juiz, ao passo que a DPE/BA não tem  
491 absolutamente nada. Reforçou que investir em tecnologia não é despesa, é maximização  
492 de recursos, e todos os atores do Judiciário nacional estão buscando recursos extra  
493 orçamentários por meio de convênios, inclusive, a DPE/MG já iniciou algumas iniciativas.  
494 Nesse sentido é preciso ampliar o nosso horizonte e sair um pouco da arrecadação da  
495 orçamentária vinda da Fonte 100, do Estado, e pensar também em fontes extra

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

496 orçamentárias que façam com que a gente cresça de forma muito digna e bonita, embora  
497 a DPE/BA ainda não tenha servidores efetivos, mas não impede que se tente, cabendo se  
498 pensar de forma mais ousada. Questionou, ainda, que em relação ao PPA, foram  
499 consignadas três proposições: intensificar a atuação do núcleo de prevenção mediação e  
500 regularização fundiária, intensificar ações de equidade de gênero, intensificar ações de  
501 Equidade racial. Questionou como a DPG pretende intensificar essas ações do núcleo de  
502 fundiário, já que ano passado, ainda na composição anterior do Conselho, foi criada uma  
503 unidade de cumulativa. Considerando que as cumulativas constam como uma meta do  
504 PPA, então é importante que se cobre e se possa ampliar além das duas previstas para  
505 2024, 08 para 2025, inclusive, ampliar mais até 2027. A unidade itinerante do núcleo de  
506 prevenção e regulação fundiária foi aprovada em maio do ano passado, e na sessão de  
507 abril desse ano questionou se havia sido instalada, e Coordenação Executiva, a qual  
508 estava presente, informou que não ainda havia sido instalada. Então como é será  
509 sinalizado para o Governo que se pretende investir na pacificação de conflitos fundiários,  
510 que quer inclusive instalar o cumprimento da Lei que trouxe a REURB, enquanto  
511 instrumento de regulação fundiária urbana importante, considerando que a Defensoria  
512 Pública ainda não atua, e mais de um ano depois da criação não tem a unidade  
513 funcionando. Solicitou que também fossem explicitadas as ações de gênero e qual  
514 caminho será percorrido e ser intercambiado com outras unidades. Em seguida, a Cons.  
515 Mônica Soares requereu esclarecimentos à Diretora de Orçamento, Mônica Lujan, as  
516 quais constaram na forma do arquivo áudio visual, com acesso disponível por meio do  
517 link: “<https://youtu.be/N562cCU-dLQ>”. **Reforçou, ainda, que** em relação a questão da  
518 sede da DPE/BA no Canela, que a Defensoria está tendo uma dupla perda. Se perde a  
519 sede do Canela e deixa de ganhar o orçamento em compensação pelas benfeitorias  
520 realiza, e ainda teremos o custo de locação, a exemplo do 1º andar da sede  
521 administrativa, onde foi locado para acomodar a ESDEP e Ouvidoria Geral. **A Presidenta**  
522 **da ADEP/BA consignou que** corrobora as falas da Cons. Mônica Soares, em relação a  
523 previsão na LDO referente aos recursos necessários relacionados a Lei recentemente  
524 aprovada, dado que pede ao CS na inclusão da proposta, uma vez que consagra a posição  
525 de uma Instituição que tem autonomia e luta o tempo todo para que seja reconhecida. **Em**  
526 **seguida, a Cons. Mônica Soares requereu esclarecimentos** à Diretora de Orçamento  
527 e à Presidenta do CS, as quais constaram na forma do arquivo áudio visual, com acesso  
528 disponível por meio do link: “<https://youtu.be/N562cCU-dLQ>”, os quais foram respondidos  
529 pela Presidenta do CS e consignou que acolhe as críticas e sugestões formuladas. **A**  
530 **Presidenta do CS registrou que** é preciso reconhecer, também, alguns avanços que  
531 ocorreram nos últimos anos, inclusive, durante a atual gestão do Governador, uma vez  
532 que proporcionalmente o orçamento da DPE/BA comparado com as outras Instituições foi  
533 a que recebeu uma das maiores suplementações, representando quase que 20% de  
534 diferença. Aduziu que é evidente que as outras Instituições precisam menos, uma vez que  
535 percebem um orçamento mais robusto. Mas, a necessidade de crescimento ainda é uma  
536 dificuldade muito grande. Em tese, temos a garantia de que vai haver suplementação para  
537 fins de pagamento da folha, mas, não se tem garantia de suplementação para pagamento  
538 de verbas remuneratórias que tenham a natureza, por exemplo, de custeio. Nesse sentido,  
539 é necessário sim e sim este ano nós já pedimos suplementação para custeio, e são  
540 estratégias de crescimento. Recursos extra orçamentários são importantes para enxugar

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

541 também em alguns aspectos e trabalhar com o que se tem de forma racional. Ato contínuo,  
542 realizados esclarecimentos, na forma do arquivo áudio visual, com acesso disponível por  
543 meio do link: “<https://youtu.be/N562cCU-dLQ>”, foi dado início à votação da proposta  
544 orçamentária para a DPE/BA para o ano de 2025. Iniciada a votação, a Cons. Flávia  
545 **Apolônio e a Cons. Corregedora Geral consignaram que** votam no sentido da  
546 aprovação da proposta orçamentária da DPE/BA para o ano de 2025, nos termos  
547 apresentados pela Diretoria Orçamentária e explicitados pela Presidenta do CS. **O Cons.**  
548 **João Gabriel consignou que** a Diretoria do Orçamento realizou uma apresentação muito  
549 satisfatória, e a cumprimenta pelo trabalho hercúleo que deve ter sido nesse curto espaço  
550 de tempo para elaborar o material para o CS. Salientou que é preciso pensar, até para as  
551 gestões futuras, considerando que os membros do Colegiado cumprem um papel de  
552 juízes em casos concretos, funções legislativas, e o que está sendo aprovado na presente  
553 é, analogamente, aprovar uma LDO. Em seu entendimento é preciso incrementar o papel  
554 do CS, no sentido de descentralizar um pouco e não totalmente, uma vez que poderia  
555 inviabilizar até a celeridade, todavia os membros tiveram acesso a uma proposta já pronta.  
556 Embora confie no trabalho técnico, e não se trata de uma questão pessoal, mas, de  
557 procedimento, não houve participação nenhuma do Conselho. Não houve debate, ajuste.  
558 Embora existam todos os posicionamentos dos membros, a interlocução com a DPG, a  
559 qual explicou os questionamentos, mas, a proposta já está pronta. Nesse sentido, registra  
560 a sua irresignação em relação a esse proceder. Todos lutaram em prol de uma Instituição  
561 com autonomia financeira em relação ao Executivo, mas considera que se deve lutar  
562 também para ver uma autonomia da Classe como um todo para participar dessa proposta  
563 através do Conselho. Consignou que descentralizar o poder nessa questão, que deveria  
564 ser encarada como a sessão mais importante. Reiterou que advoga muito por essa  
565 descentralização, e até por não deter um aparato técnico ou não ter participado da  
566 construção, não tem considerações contrárias a proposta em si, dado que vota pela  
567 aprovação, ressalvando a falta de subsídio que se tem sempre e não dever ser enfrentada  
568 nesse tipo de sessão. **A Cons. Lavinie Eloah consignou que** vota no sentido da  
569 aprovação da proposta orçamentária da DPE/BA para o ano de 2025, nos termos  
570 apresentados pela Diretoria Orçamentária e explicitados pela Presidenta do CS. **A Cons.**  
571 **Camila Canário consignou que** assim como relatado pelo Cons. João Gabriel, nesse  
572 tipo de sessão os membros se sentem compelidos a votar no sentido da aprovação, mas,  
573 apresenta as suas ressalvas. Destacou que as suas ressalvas iniciais, na forma das  
574 considerações da Cons. Mônica Soares, surgiram com o PPA e com a comparação dos  
575 PPA’s do MP. Ao se deparar com os dois percebeu a mesma timidez com o nosso PPA.  
576 Observou que o MP alcançou um outro patamar de discussão. Somente a título ilustrativo,  
577 o MP apresentou 16 indicadores de programa. Nós apresentamos dois. O MP já fala muito  
578 fortemente de que é importante tornar a Instituição mais eficiente, transparente, integrada  
579 e inovadora, dado que em nossa Instituição identificamos muita dificuldade em ser  
580 transparente. O MP menciona *compliance*, qualidade de trabalho, questões que parecem  
581 que ainda estão longe dos nossos epicentros de discussão. Salientou que o nosso  
582 crescimento tem sido com muita honestidade e muito respeito também aos gestores que  
583 obviamente tentam fazer o seu melhor, mas percebe que o nosso crescimento tem sido  
584 sustentado basicamente em arroxo, supressão de direito e um total descompasso com a  
585 nossa garantia constitucional de simetria. Percebe-se que o nosso crescimento não é

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
ATA DA 247ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

586 funcional, não é orgânico, muito pelo contrário. E esse retrato Institucional lhe incomoda  
587 bastante em saber que a Instituição somente irá crescer 0.04% de uma realidade que é  
588 oposta do ano passado, realmente é algo que lhe traz muita indignação e até um certo  
589 ressentimento em relação ao volume do que se consegue produzir para o Estado da  
590 Bahia, e quanto esse reconhecimento por parte do Executivo ainda precisa ser trabalhado.  
591 Aduziu que obviamente o caminho não tem como ser o caminho de aprovar, mas, embora  
592 vote pela aprovação, ficam as ressalvas e observações que a Classe deve se manter  
593 atenta relativamente ao nosso futuro. **A Cons. Maria Auxiliadora consignou que a**  
594 **primeira ressalva que destaca é a surpresa da nossa cota, embora seja imutável, mas, a**  
595 **cota depositada pelo Executivo não corresponde à nossa realidade. Salientou que**  
596 **também não conseguiu identificar as prioridades da Defensoria e da sociedade civil para**  
597 **o ano de 2025. Nesse sentido, vota no sentido da aprovação da proposta orçamentária da**  
598 **DPE/BA para o ano de 2025, e sabe que não se tem muito a fazer, apenas cabe a DPG**  
599 **distribuir essa cota. Salientou que nas outras Instituições, a exemplo do MP e**  
600 **Magistratura, está se pagando indenização de férias não somente aos aposentados, mas,**  
601 **também para aqueles que estão na ativa. Registrou que é preciso dedicar uma atenção**  
602 **especial em relação ao pagamento das diárias, a exemplo do quanto apontado pela**  
603 **Corregedoria Geral. Aduziu que inevitavelmente as cumulativas no interior precisam**  
604 **avançar mais. Registrou, ainda, que é preciso uma atuação especial em Itabuna durante**  
605 **os festejos. Aduziu que acompanha as ressalvas ventiladas pelas Cons. Camila Canário,**  
606 **João Gabriel, Mônica Soares, as considerações da Presidência do CS em relação ao**  
607 **reconhecimento das necessidades apontadas pela Cons. Mônica Soares, e da**  
608 **Presidência da ADEP/BA. A Cons. Mônica Soares consignou que** diante uma proposta  
609 **que recebemos hoje, 20 de agosto, praticamente somente na presente sessão, para o**  
610 **sistema ser alimentado fatalmente até o dia 23 de agosto, como bem colocado por Dra.**  
611 **Camila Canário e por D. João Gabriel, não tivemos oportunidade prévia de ajudar na**  
612 **construção. Não se se trata de usurpar iniciativa da DPG na apresentação da proposta,**  
613 **mas da forma apresentada aqui é um mero rito de homologação. Nesse sentido, homologa**  
614 **a proposta apresentada, inclusas todas as ressalvas que foram trazidas e consideradas**  
615 **nas falas das Cons. Camila Canário, Maria Auxiliadora, João Gabriel, e Lavinie Eloah no**  
616 **aspecto da atenção da nossa atuação finalística no interior, para que não se perca espaço,**  
617 **e que se ouse, além das itinerâncias, além de mutirões, isso é importante, mas não é tudo.**  
618 **É possível fazer muito mais, uma vez que acredita muito no potencial da Defensoria, e é**  
619 **preciso mostrar mais para que se gente consiga captar mais, o que é uma sequência**  
620 **lógica, um sistema que se intercambia a partir das nossas iniciativas e ações. A Cons.**  
621 **Subdefensora Geral, e a Presidenta do CS, consignaram que** votam no sentido da  
622 **aprovação da proposta orçamentária da DPE/BA para o ano de 2025, nos termos**  
623 **apresentados pela Diretoria Orçamentária. Deliberação:** À unanimidade, pela aprovação  
624 **da proposta orçamentária da DPE/BA para o ano de 2025, nos termos da proposta**  
625 **apresentada, inclusas as ressalvas dos(as) Conselheiros(as), Dr. João Gabriel Soares de**  
626 **Mello, Dra. Camila Angélica Canário de Sá Teixeira, Dra. Maria Auxiliadora Santana**  
627 **Teixeira e Dra. Mônica Christianne Soares de Oliveira, nos termos retro consignados.**  
628 **Nada mais havendo, a Presidenta do CS agradeceu a presença e o trabalho de todos na**  
629 **presente sessão e eu, \_\_\_\_\_ Diogo de Castro Costa, Secretário Executivo do**

